

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela FGV

Por que envelhecer nos assusta tanto?

Tenho medo de envelhecer. Não me orgulho disso, mas tenho. Sei que não estou sozinho. A velhice ainda é cercada de estereótipos: a avó fazendo tricô, o aposentado jogando baralho na praça e as rugas que insistimos em esconder.

Há uma contradição nisso tudo. Nunca tivemos tanta possibilidade de viver mais. Em 1940, a expectativa de vida do brasileiro era de 45,5 anos. Hoje, é de 76 anos, em média. Enquanto celebramos os avanços que prolongam a vida, fazemos o possível para não parecer que estamos envelhecendo.

As clínicas de estética se multiplicaram. Aplicações de botox são oferecidas por toda parte, muitas vezes a pessoas cada vez mais jovens. “É pra evitar que apareçam as marcas de expressão”, explicam profissionais do ramo. Rugas deixaram de ser tratadas apenas como sinais naturais do tempo e passaram a ser apresentadas como defeitos que precisam ser corrigidos. Não há problema em cuidar da aparência ou recorrer a procedimentos estéticos. O sintoma está na promessa, cada vez mais comum, de uma juventude prolongada, permanente e, evidentemente, irreal.

Sou um grisalho precoce. Aos 25 anos, no máximo, eu já ostentava alguns fios brancos. Hoje, eles tomaram conta, e está tudo bem. Com frequência, ouço que o cabelo grisalho deixa o homem charmoso. Para as mulheres, a passagem do tempo sempre foi menos generosa. Durante muito tempo, deixar os cabelos brancos à mos-

tra era quase impensável. Isso começou a mudar. Cada vez mais mulheres abandonam a tintura e assumem os fios naturais, num movimento que amplia as possibilidades de envelhecer sem esconder a própria idade.

É uma evolução que merece ser reconhecida. Ainda assim, a escolha conserva algo de transgressor justamente porque não está livre de julgamento. Não faltam comentários disfarçados de preocupação: “Fulana está descuidada, não está?”. O cabelo é o mesmo. O tempo também. O julgamento é que muda.

A passagem do tempo não deixa apenas marcas no corpo. Deixa também repertório. Esse costuma ser o lado esquecido da equação. Mudam a forma como enxergamos o mundo, a importância que damos a certos problemas e a maneira como lidamos com aquilo que antes parecia insuportável. Nem todo mundo se torna sábio com o passar dos anos. Ainda assim, ninguém chega aos 60, 70 ou 80 sendo exatamente a mesma pessoa que era aos 20.

Esse repertório nem sempre se transforma em reconhecimento. No mercado de trabalho, muitas vezes ocorre o contrário: a experiência passa a ser confundida com desatualização, e a idade, com incapacidade de aprender. Esse preconceito tem nome: etarismo.

Apenas nas últimas duas semanas, soube de duas ex-colegas de trabalho demitidas no mesmo dia, sob o argumento de uma reestruturação na empresa. Ambas têm mais de 65 anos. Isso não basta para concluir que a idade determinou as demissões, mas a coincidência não pode ser ignorada. Em um mercado que ainda associa juventude a capacidade, quem envelhece pode se tornar o primeiro nome de uma lista de cortes.

Não basta esperar que as empresas reconheçam espontaneamente o valor desses profissionais. Cabe ao Estado formular políticas que estimulem sua permanência nas empresas e a convivência entre diferentes gerações. Uma população que trabalha e vive por mais tempo exige mais do que discursos contra o preconceito.

Para quem é jovem hoje, porém, envelhecer também pode significar um futuro de poucas garantias. Durante décadas, a aposentadoria representou o descanso depois de uma vida inteira de trabalho. Agora, para boa parte dessa geração, ela parece cada vez mais distante.

Depois da reforma da Previdência de 2019, aumentaram as exigências para a concessão do benefício. Não por acaso, muitos dizem, entre o humor e a resignação, que provavelmente nunca irão se aposentar. O medo de envelhecer, portanto, não mora apenas no espelho. Mora também na insegurança sobre como será possível viver quando o corpo já não acompanhar o mesmo ritmo.

O Brasil envelhece rapidamente. Hoje, são cerca de 33 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Nas próximas décadas, esse grupo deve ultrapassar um terço da população. Mesmo assim, seguimos tratando o envelhecimento como algo incômodo, e não como parte do caminho de quem continua vivo.

O problema não é envelhecer. É envelhecer em uma cultura que transformou a juventude em medida de valor. Aprendemos a desejar uma vida longa e, ao mesmo tempo, a rejeitar os sinais de que estamos atravessando suas diferentes fases.

ANTONIO GONÇALVES

Advogado criminalista

Guardas Municipais armadas e as falhas de controle

As Guardas Municipais armadas crescem no País. Segundo o IBGE, o número geral de cidades com tropas próprias aumentou de 1.081 em 2014 para 1.322 em 2023. E as guardas armadas expandiram de 169 para 396, no mesmo período.

Nunca é demais lembrar que a função precípua das Guardas Civis Metropolitanas – GCMs era a proteção do patrimônio, porém, com o transcurso do tempo, em vários municípios, ela passou a ter mais atribuições, dentre elas, do patrulhamento ostensivo.

Com a decisão do Recurso Extraordinário 608.588, com repercussão geral, a competência e atuação das corporações municipais foram ampliadas pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive com a autorização do uso de força letal, sem, contudo, prever o necessário treinamento e fiscalização do uso de armas de fogo.

A mais alta corte judicial do país regulamentou o que já era feito no cotidiano de muitos municípios, em que a GCM é a responsável pelo patrulhamento ostensivo. A maioria dos estados convive com o déficit das Polícias Militar e Civil e, por conseguinte, a segurança pública sofre impactos para a resolução de inquéritos, a prevenção de crimes e o principal: conferir segurança para a população.

Esse crescimento somado à decisão do Supremo Tribunal Federal fez com o número de agentes nas polícias municipais aumentasse sem que houvesse o devido preparo para tanto, seja por parte dos Municípios, ou dos próprios agentes de segurança.

A cidade de São Paulo, por exemplo, criou a Guarda Civil Metropolitana em 1986 com 150 agentes, com uso de armas emprestadas do exército. Atualmente, a Guarda Civil Metropolitana conta com mais de 7.500 agentes, o que coloca o efetivo municipal maior do que as Polícias Militares de dez Estados. E há a previsão de ampliação para 9.000 agentes até

2028, sem o uso de câmeras corporais de forma oficial e ampla, o que denota um despreparo quanto ao controle e monitoramento da corporação.

Na cidade do Rio de Janeiro, há uma Força Municipal, isto é, uma divisão dentro da Guarda Metropolitana, com um efetivo de 600 agentes armados e com câmeras corporais para todos.

Em Fortaleza, desde 2017, há uma fortificação do armamento da Guarda Metropolitana. O efetivo atual conta com 2.814 agentes e com a inserção de 400 novas armas de fogo em 2026, a integralidade dos agentes está armada, porém com uso bastante restrito e em fase experimental de câmeras corporais.

Destacamos algumas metrópoles, todavia, na maioria das cidades, a realidade é a existência de informações esparsas ou inexistentes acerca do treinamento e da capacitação emocional dos agentes e, principalmente, dos mecanismos de verificação das atuações. Além disso, temos falhas no controle das atividades das polícias municipais. Das 678 corporações, apenas 42% possuem ouvidorias, por exemplo.

Novamente, a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo fornece números que ilustram o déficit de fiscalização e monitoramento: entre 2017 e junho de 2026 foram contabilizados 261 óbitos decorrentes da ação dos agentes, contudo, sem qualquer informação se houve algum julgamento ou quicá processo disciplinar em qualquer dos casos. Ou a atitude dos agentes foi exemplar ou faltam mecanismos de controle.

Com dados lacunosos, no tocante a óbitos, mas, segundo a Lei de Acesso à Informação, é possível verificar que, de 2021 a 2025, houve um aumento de 850% de denúncias envolvendo violências perpetradas pelos agentes. E, entre 2022 e 2023, 93% dos processos foram arquivados, sem qualquer condenação ou informação sobre a matéria que os envolvia.

Em vários Municípios a realidade se replica ao longo dos estados. Muitos deles também não fornecem câmeras corporais, não há registros de processos internos, por conseguinte, de eventuais verificações de conduta dos agentes, portanto, a fiscalização das

ações dos agentes fica restrita e bastante limitada.

Nunca é demais lembrar que os agentes da Guarda Civil Metropolitana são obrigados a se submeter a um treinamento, porém, esse é inferior ao realizado da Polícia Militar, em especial, no tocante ao uso de arma de fogo e as consequências emocionais e psicológicas.

Com o aumento das atividades, inclusive do policiamento, é natural que os agentes sejam submetidos a situações e circunstâncias que, até então, não lhes eram parte da rotina. As consequências podem provocar o aumento de casos de crise de saúde mental, pedidos de afastamento e aumento da violência por parte dos agentes.

Os agentes da GCM não tiveram o treinamento e a capacitação adequados para o uso de armas letais, confronto com criminosos, situações de risco ou policiamento ostensivo. Logo, problemas de saúde mental são uma preocupação real.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 destaca que os suicídios na Polícia Civil e Militar no Estado de São Paulo aumentaram em 80%, o que denota uma crise da saúde mental nas forças policiais, e apesar dos dados da GCM serem esparsos, claro está que haverá um incremento nas questões psicológicas.

É preciso melhorar os instrumentos de fiscalização e controle nas Guardas Civis Metropolitanas, primeiro para garantir a efetiva segurança da população, segundo para a segurança dos agentes e o principal: para identificar as eventuais lacunas do treinamento e o que precisa ser aprimorado.

Hoje as guardas metropolitanas têm pouco controle, fiscalização menos preparada do que as demais polícias, poucos efetivos contam com câmeras corporais e erros, excessos, violências e, principalmente, letalidades podem ser perpetrados pelos agentes sem que se tenha conhecimento.

É preciso atualizar a fiscalização, os mecanismos e exercer um monitoramento de como atuam as corporações municipais ao longo do País, é uma segurança necessária para a população, para a corporação e seus agentes.